

# EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ABORDAGEM INCLUSIVA NA ESCOLA LUIZ RIBEIRO DE LIMA

Francisco Edson Pereira Leite  
Rodrigo Viana Bezerra  
[professor.edsonleite@hotmail.com](mailto:professor.edsonleite@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

A educação é um processo de construção intelectual do ser humano. Os estudiosos da ação educativa buscam facilitar a prática pedagógica dos docentes, de forma que se mostre ao educando as várias formas de crescimento pessoal e coletivo e se possa conduzi-los ao amadurecimento como cidadão.

Mas, quando se expõe que a educação não é apenas para o cérebro, para o intelecto, que o corpo também necessita ser educado, trabalhado, aprimorado, surge a figura do professor de Educação Física, onde o presente artigo tem como objetivo buscar a valorização deste profissional, tendo em vista que este atua diante de tantos obstáculos tendo em vista sua prática trabalhar – segundo os professores de outras áreas – apenas a parte física.

Esse pensamento enganoso ainda norteia o meio docente, mas, vem sendo reformulado diante dos conhecimentos divulgados no meio acadêmico sobre os conceitos ministrados nas aulas de Educação Física e sua prática simultânea.

Portanto, este artigo tem como situação problema detectar como está sendo desenvolvida a docência da Disciplina de Educação Física na Escola Estadual Luiz Ribeiro de Lima no segundo ciclo da modalidade do Ensino Fundamental, bem como se existe a possibilidade de lecionar com eficiência a disciplina já citada. Por fim, visa constatar se os profissionais que estão envolvidos no processo educativo estão devidamente capacitados para atuar com a educação inclusiva.

## 2. PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INCLUSIVA

A educação do ser humano é complexa e não está literalmente ligada apenas ao fator aulas em sala, nem é uma ação constituída pelas instituições familiares. Perguntas são féis e necessitam de respostas que possam ser a comprovação do sucesso no processo de inclusão. Veem-se perguntas do tipo: “como fazer se os professores não estão preparados para a inclusão?”; “como fazer se a conscientização também deverá ocorrer com pais, familiares, diretores, enfim de toda sociedade, sobre a importância da não discriminação?”

O primeiro passo é acreditar que a escola é um lugar de revoluções. É preciso defender esse lugar comum onde nascem as revoluções, onde se discute toda ação educativa, seja ela destrutiva ou construtiva. Piaget (1973, p. 21), já defendia uma escola revolucionária:

[...] todo ser humano tem o direito de ser colocado, durante sua formação, em um meio escolar de tal ordem que lhe seja possível chegar ao ponto de elaborar, até a conclusão, os instrumentos indispensáveis da adaptação que são as operações da lógica. Ora essa formação é mais complexa do que possa parecer, e não será necessária uma especial perspicácia para que se perceba – ao examinar os indivíduos adultos e normais, representativos de uma razoável média

humana – que as personalidades verdadeiramente lógicas e donas do seu pensamento são tão raras quanto os homens verdadeiramente morais e que exercem a sua consciência em toda plenitude. O direito a educação intelectual e moral implica algo mais que um direito a adquirir conhecimentos, ou escutar, e algo mais que uma obrigação a cumprir: trata-se de um direito a forjar determinados instrumentos espirituais, mais preciosos que quaisquer outros, e cuja construção requer uma ambiência social específica, constituída não apenas de submissão.”

Observou-se que o professor consciente de que não conseguiu alcançar resultados satisfatórios junto a seus alunos e tendo ou não dificuldade repensa satisfatoriamente seu fazer pedagógico, procura novos elementos muitas vezes meros receitas de como ensinar determinados conteúdos que acredita, possa melhorar o quadro. Uma evidencia disso é a participação cada vez mais crescente de professores em encontros, conferências ou cursos para se atualizar e buscar novos métodos de ensino.

Mas, a inclusão não é um método, não é uma técnica, é uma ação, uma atitude, os recursos postos a disposição são meras peças a serem utilizadas para enriquecer e tornar transparente esse processo. Uma escola que preze pela inclusão não está presa, nem a espera do sucesso das políticas públicas nacionais, mas se liga a fatos mundiais. A Constituição de 1988, no Art.205, mostra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

No Art. 206, verificam-se princípios eminentemente democráticos cujo sentido é nortear a educação, veja-o: a igualdade de convicções não só para o acesso, mas também para a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas; a existência de ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público.

Já que a base, a espinha dorsal, o princípio é a Constituição, é a partir dela que vem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) que vem confirmar as normas sobre a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, inclusive as com deficiência. Ideias essas que também são descritas na Declaração Mundial, na Declaração de Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e dos Adolescentes, dentre outros. Ferreira (1998) e Omote (1996) apontam que a lei sinaliza alterações importantes nas políticas de atendimento educacional, proporcionando discussões que vem contribuir para um repensar educacional.

Em 1994 na Espanha aconteceu uma conferência Mundial sobre necessidades especiais educacionais, na cidade de Salamanca. A Declaração de Salamanca, cujos princípios norteados são:

- I. o reconhecimento da diferenças;
- II. o atendimento às necessidades de cada um;
- III. a promoção da aprendizagem;
- IV. o reconhecimento da importância da escola para todos e a formação de professores com a perspectiva de um mundo inclusivo, onde todos têm direito a participação na sociedade, em busca da realização do mais alto nível de democracia.

Segundo Mantoan (2003) a inclusão é uma forma de inserção que questiona as políticas e a organização da educação especial e regular. A ideia de escola inclusiva, defendida pela autora, não é aquela que se especializa em educação especial, mas, aquela que se mostra

receptiva em não excluir, ou seja, não deixar nenhum aluno fora do ensino regular. Então, seguindo essa linha de raciocínio, criar escolas no modelo de centros educacionais de tratamento à criança especial, é na verdade uma forma mascarada de inclusão.

Observa-se então, que as discussões de Salamanca quanto à promoção de educação para todos com enfoque nas necessidades educativas educacionais, não está incutida nessa forma de agir. A Educação Física deve se posicionar a favor dessa ordenança, cumprindo seu papel cujo objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos, e por isso necessita retornar ao ponto de partida e seguir um novo norte pautado na igualdade para todos, numa educação integradora.

### **3. UM CASO RECORRENTE**

Pedro de Sousa Mendes Junior (nome fictício, pois se trata de um menor), segundo laudos médicos possui “Atraso Global no Desenvolvimento possivelmente fruto de alterações orgânico-cerebrais. Isso não o impede de frequentar a escola. Entretanto, deverá fazer tratamento regular com psiquiatra ou neurologista”.

Pedro é aluno do 6º ano (5ª série). As escolas Estaduais não têm o ensino fundamental menor, pois esta responsabilidade e obrigatoriedade cabem a Rede Municipal de Ensino de onde Pedro cursou seu 5º ano (4ª série). Chegou à escola sem o laudo médico, ou seja, como criança que não apresenta características físicas de ser um PNEE, não havia necessidade e acompanhamento. Com a chegada do laudo médico, e pela percepção dos professores no decorrer das aulas de que Pedro era PNEE (mesmo sem o laudo). Desta forma foi designado um professor para acompanhá-lo e auxiliá-lo nas tarefas escolares conforme determinação da gestão escolar.

### **4. METODOLOGIA**

O Esta pesquisa foi elaborada através Método dialético. Dialética é a arte de dialogar, ou seja, de argumentar e contra argumentar, em relação a assuntos que não podem ser demonstrados. Conforme ensina (MEZZARROBA e MONTEIRO,2003, p.71) restringe-se a emissão de opiniões que poderiam ser consideradas racionais desde que fundamentadas em uma argumentação consistente. Foi feito ainda, um Estudo de caso na Escola Estadual Luiz Ribeiro de Lima com foco qualitativo. A Natureza ora utilizada foi descritiva exploratória. Por fim, pesquisa bibliográfica em revistas científicas, livros, artigos, sites de busca, documentais e de campo. Coleta de dados tendo como ferramenta a observação *in locu* bem como entrevistas.

### **5. ANÁLISE E DISCURSÃO DOS DADOS-**

Analisaremos aqui alguns dos questionamentos realizados aos sujeitos das entrevistas. Desta forma, foi denominado o Professor pela letra-P e Orientação Educacional – OE. Assim sendo temos M. Rutter e D. Cohen (2009. P.31):

[...] a criança com TGD é caracterizada por severas anormalidades nas interações sociais recíprocas, nos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, além de um estreitamento nos interesses e atividades da criança. Apresenta ainda prejuízo acentuado no contato visual direto, na expressão facial, posturas corporais e outros gestos necessários para comunicar-se com outras pessoas [...]

Desta forma indagamos se este educando apresentava padrões de movimentos repetitivos ou estereotipados? Obtivemos através da coleta de dados que Pedro que apesar de ter TGD não apresentava estes comportamentos, pois “deambula de forma normal, apresenta boa postura corporal e coordenação motora global bem desenvolvida bem como compreende que lhe é passado.” – Depoimento do P3.

Diante do perfil abordado no instrumento de pesquisa ao qual se refere ao contexto social fizemos os seguintes questionamentos onde obtivemos as seguintes respostas. Qual o comportamento apresentado pelo educando durante as aulas? “Pedro é uma criança difícil de lidar, não tendo claras as noções de limites. É avesso ao NÃO e fica constantemente agressivo quando contrariado, por consequência desta ausência de limites e de seu humor instável” – Depoente P1.

Quais os benefícios que a escola tem trazido ao educando? “O Pedro, quando está de bom humor, dialoga bastante apresentando sempre muitos conteúdos sobre seu cotidiano, sobre seus interesses e de coisas que realiza. Consegue trabalhar em grupo à medida que sente estar no controle” Depoimento do P3. Destaca ainda (Bradford, 1997; Walsh & McGoldrick, 1998. P38).

[...] a maioria dos estudos nessa área focaliza o impacto dos TGD nos pais, ao passo que pouca atenção tem sido dada ao impacto nos irmãos. De acordo com a perspectiva biopsicossocial sistêmica, a família deve ser considerada como uma unidade funcional, na qual o impacto de uma enfermidade repercutirá em cada membro e em todos os relacionamentos familiares. A criança com TGD afeta direta e indiretamente o funcionamento dos demais membros na família [...]

Nesse sentido realizamos o seguinte questionamento. Como você descreveria o ambiente familiar deste educando? “Mostra-se pontual e assíduo. Durante o semestre, houve episódios de explosão de seu humor nos quais ele agiu agressivamente, nesses momentos, solicitou-se a presença da responsável (a mãe), mas, se observa que a mesma perdeu o controle sobre o filho e que este a manipula como tenta fazer com os desmaios” – depoimento da CP.

Diante dos relatos acima, observamos que Pedro é um educando envolvido em um mundo de conturbações e emoções tanto introspectivamente como socialmente. Será que ele realmente está sendo acompanhado por um especialista? Ele agride todos que se aproximam, mas, não é uma constante.

Quando quer segue regras. Os relatos mostram que a inclusão nesta escola não está inteiramente concretizada, pois, os professores, coordenação pedagógica, orientação educacional e seu seio familiar não possuem subsídios suficientes para compreendê-lo e ajudá-lo nas adversidades do cotidiano escolar. Percebe-se que o educando em discussão apresenta potencial para elevar o seu nível acadêmico haja vista o seu conhecimento do

alfabeto bem como possuir habilidades motoras suficientes para escrita. Desta forma, trazemos a tona uma pergunta: Como é a aula de Educação Física para esse aluno?

Muitos professores de Educação Física mostram-se insatisfeitos e temerosos quanto à efetivação da inclusão de alunos com deficiências nas escolas, por julgarem que suas formações universitárias não lhes ofereceram subsídios necessários para atuar nessa situação.

Diante disso, é salutar expor que o primeiro passo é o planejamento, baseado na classe dos alunos, não o inverso, quando o professor deseja que os educandos se adaptem a sua forma de ministrar as aulas. O professor é que devem buscar a inclusão e não o aluno se incluir como diz Ramos (2008, p.14):

[...] elaborar o plano didático não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em consideração a realidade dos alunos da classe. Cabe ao professor a tarefa de adequar-se ao seu público, e não e despertar que este se ajuste a determinações alheias à sua condição presente [...]

A capacitação de professores é o primeiro passo para a inclusão escolar ter sucesso. De modo geral, é um fator que assegurará o progresso, a qualidade e a manutenção de todos os alunos na escola, já que, preparado, o professor terá competência para avaliar qual tipo de intervenção vai favorecer o desenvolvimento dos alunos, o impacto da inclusão para os alunos sem deficiência, se há modificação no desempenho da aprendizagem das crianças e como este desempenho pode ser potencializado (FARIAS, 2003).

A Educação Física para o Pedro deve ser um momento de se sentir parte de um todo, e não à parte. Ser mais um entre tantos e não o único diferente entre os iguais. O Pedro necessita ser igual ao João, a Maria, ao Andre, a Fernanda. O Pedro não precisar ser atleta, basta ser aluno, e como tal, evoluir no processo educacional junto com os outros.

## 6. CONCLUSÃO

A análise realizada neste trabalho mostra a situação do processo de inclusão nas escolas públicas. O foco aqui abordado é a Educação Física, mas, poderia ser qualquer outro componente curricular que o grau de dificuldade seria similar, pois, apesar de vasta literatura, a sua aplicabilidade é dificultosa.

Na Escola Luiz Ribeiro, a inclusão vem se consolidando gradativamente. As dificuldades apresentadas durante o processo estão sendo vencidas. As aulas eram preparadas para um grupo de alunos que aparentemente não possuíam nenhuma deficiência física, portanto, alunos normais. Com a inclusão, a escola e seu corpo docente, vem buscando maneiras de se adaptar à nova realidade, onde alunos PNEE estão no mesmo ambiente dos que não estão limitados pela condição física.

Constatou-se ainda, uma indefinição e dificuldade para o desempenho das funções no tocante aos orientadores e coordenadores em virtude do ínfimo número de colaboradores para auxiliar a gestão escolar. Pois constantemente existem situações a serem resolvidas pela gestão fora do ambiente educacional, sendo que quem fica responsável pela instituição são os coordenadores e orientadores daquele turno, o que acaba acarretando o acúmulo de trabalho.

A Escola Luiz Ribeiro ainda tem problemas com acessibilidade, mas isso tem se tornado um exercício de solidariedade. Não tem banheiros nem salas adaptadas, mas, isso não impede

a busca de alternativas. Não tem material de Educação Física apropriado para os PNEE, mas não impede a socialização entre os educandos.

O caminho para a efetivação da inclusão é longo. O aliado mais valioso para os demais componentes curriculares é a Educação Física, por possibilitar teoria e prática simultaneamente aos educandos durante as aulas. Então, que se possam aprimorar as práticas da Educação Física de forma a contribuir com a inclusão e formação do cidadão, longe da busca do atleta, mas próximo da descoberta do ser humano.

## 7. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. Petrópolis,RJ: Vozes, 2003.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual de diagnóstico e estatística de transtornos mentais (dsm -IV). 4 ed.. São Paulo: Manole, 1994.
- AYOUB, E. Educação física escolar: compromissos e desafios. Motus Corporis, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.106-117, 2003.
- BARSA Dicionário da Língua Portuguesa – São Paulo, Barsa Planeta, 2008.
- BAUMEL, R.C.R.C.; CASTRO, A.M. Formação de professores e a escola inclusiva – questões atuais. Integração, Brasília, v.14, n.24, p.6-11, 2002.
- BEYER, H.O. A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de
- BRACCIALLI, L.M.; MÂNZINI, E.J.; REGANHAN, W.G. Contribuição de um programa de jogos e brincadeiras adaptados para a estimulação de habilidades motoras em alunos com deficiência física. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, 2004.
- Brasil. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais – adaptações
- CARLINI, Alda Luiza [et. all.]. Os procedimentos de ensino que fazem a aula acontecer. São Palo: Editora Avercamp, 2004.
- COLLI, Fernando Anthero Galvão (org.). Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte Pré-escolar Terapêutica Lugar de Vida. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- DECLARAÇÃO de *Salamanca e linha de ação sobre necessidades especiais*. Brasília, 1994.
- EDLER CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Centro Brasileiro para a infância e Adolescência. Ministério da Ação Social. Brasília, 1990.
- FALKENBACH, A.P. A educação física na escola: uma experiência como professor. Lajeado: UNIVATES, 2002.
- FIGUEIREDO, Antonio Carlos. VADEM MECUM. São Paulo: Primeira Empresa, 2008.
- PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GUIMARÃES, A. Inclusão que funciona. Revista Escola, São Paulo, p. 43-47, de educação física. Integração, Brasília, v.14, p. 14-22, 2002. Edição Especial.
- LIMA, Priscila Augusta. Educação Inclusiva e Igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.
- MANTOAN, M.E. A hora e a vez da educação inclusiva. Educação e família –
- MATTOS, E.A. Inclusão do professor no estabelecimento da avaliação do deficiente mental. In.: BAUMEL, R.C.R.C.; CÁRNIO,M.S.; GARCIA, N.; LORA, T.D.P. São Paulo: FEUSP, 1998.

FRANCISCO EDSON PEREIRA LEITE  
AV. GETÚLIO VARGAS, 7449  
BAIRRO: SÃO VICENTE, BOA VISTA-RR  
CEP: 69303-472